

Estado e Sociedade frente às Questões Sociais

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)



Estado e Sociedade frente às Questões Sociais

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof^a Dr^a Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof^a Dr^a Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E79	Estado e sociedade frente às questões sociais [recurso eletrônico] / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia. ISBN 978-85-7247-801-4 DOI 10.22533/at.ed.014192111 1. Brasil – Política social. 2. Estado e sociedade. 3. Serviço social. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco. CDD 361.61
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book "Estado e sociedade frente às questões sociais" apresenta 23 artigos que tratam de temáticas vinculadas às situações de vulnerabilidade e risco social, bem como, formas de organização e mobilização da sociedade frente a estas, que se expressam através da garantia de direitos, dos aspectos culturais e das políticas públicas implementadas pelo Estado.

Os artigos estão organizados em quatro seções, conforme segue: "**Cultura, percepções e construção de imagem**" com cinco artigos através dos quais são debatidos aspectos relacionais e de contexto que contribuem para formação da identidade e cultura em seu entorno. "**Estado e Políticas Públicas**" apresenta nove artigos que dialogam sobre os direitos estabelecidos e a materialização destes enquanto políticas públicas, pautando-se de forma concomitante os desafios postos diante das reformas ensejadas pelos preceitos neoliberais que incidem na fragilização da atuação estatal; Na seção "**O direito e os seus desdobramentos na sociedade contemporânea**" são apresentados seis pesquisas que congregam debates voltados para os direitos estabelecidos e inferências diante dos aspectos criminológicos, adolescência e a prática de atos infracionais, relações de trabalho, tecnologia e processos eleitorais. Por fim, a seção "**Categoria de análise e questões epistemológicas**" apresenta dois artigos que analisam a superpopulação relativa a partir da categoria marxiana e os problemas epistemológicos nas ciências humanas no Brasil.

As temáticas abordadas são bastante atuais e apresentam relação entre si. Contribuem para a divulgação de estudos e análises voltadas para os desafios postos nas relações da sociedade contemporânea.

Boa leitura a todos!

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CULTURA, PERCEPÇÕES E CONSTRUÇÃO DE IMAGEM

CAPÍTULO 1	1
A CRIAÇÃO DE UMA <i>CITY IMAGE</i> DO RIO DE JANEIRO ATRAVÉS DA ECONOMIA CRIATIVA	
Alice dos Santos Braga	
DOI 10.22533/at.ed.0141921111	
CAPÍTULO 2	10
<i>HALLYU WAVE</i> : A CULTURA COMO MECANISMO DE SOFT-POWER SUL-COREANO	
Fernanda Vieira Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.0141921112	
CAPÍTULO 3	22
PADRÕES DE BELEZA NA SOCIEDADE: EXPRESSÕES NO COTIDIANO ESCOLAR	
Rosilda Arruda Ferreira	
Djavan Thiago Santos Oiteiro	
Monique Santos da Silva	
Thaiane Almeida Souza	
DOI 10.22533/at.ed.0141921113	
CAPÍTULO 4	35
“VIOLÊNCIA, DESORDEM E BEBEDEIRAS”: A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO CLUBE FORRÓLÂNDIA NO MUNICÍPIO DE ORLÂNDIA-SP (2000-2010)	
Bruno César Pereira	
Vania Vaz	
DOI 10.22533/at.ed.0141921114	
CAPÍTULO 5	46
PAI ALCOOLISTA: PERCEPÇÕES E VIVÊNCIAS DE UMA FILHA	
Elizabeth Filgueira da Costa	
Daniela Heitzmann Amaral Valentim de Sousa	
Kay Francis Leal Vieira	
Ivana Suely Paiva Bezerra Mello	
DOI 10.22533/at.ed.0141921115	

ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS

CAPÍTULO 6	58
A ATUAÇÃO DO ESTADO, ENQUANTO GARANTIDOR DE DIREITOS, DIANTE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE: AS ENCHENTES SAZONAIS DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO	
Régis Hartmann	
Carina Valesca Soares Lima	
Lanna Chely Bezerra Dias da Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.0141921116	

CAPÍTULO 7	76
A REFORMA DO ENSINO MÉDIO NA PERSPECTIVA DO NEOLIBERALISMO E DA PROTEÇÃO SOCIAL: DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 746/17 À LEI Nº 13.415/17	
Marcos Felipe Rodrigues de Sousa Alessandra Pereira Nunes Raimunda Eliene Sousa Silva Suziany de Oliveira Portéglio	
DOI 10.22533/at.ed.0141921117	
CAPÍTULO 8	90
COMO SE ARTICULAM NO ESPAÇO PÚBLICO INDICADORES FISCAIS E POLÍTICAS SOCIAIS? OS EFEITOS DA EMENDA CONSTITUCIONAL 95/2016 SOBRE O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE À LUZ DE UMA ABORDAGEM PÓS-ESTRUTURALISTA	
Bruno Moretti Elton Bernardo Bandeira de Melo	
DOI 10.22533/at.ed.0141921118	
CAPÍTULO 9	102
DESIGUALDADE SOCIAL E INSUFICIÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO COMBATE À POBREZA	
Francisco Mesquita de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0141921119	
CAPÍTULO 10	116
O GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO ADOTA A AGENDA 2030 EM SUA ESTRATÉGIA PÚBLICA?	
Cândido de Souza Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.01419211110	
CAPÍTULO 11	137
POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL	
Adelcio Machado dos Santos Jucielle Marta Baldissareli	
DOI 10.22533/at.ed.01419211111	
CAPÍTULO 12	146
DEVER DO ESTADO EM GARANTIR O ACESSO À INTERNET COMO PRESSUPOSTO DE EFETIVIDADE SOCIAL DA CIDADANIA DIGITAL	
Eid Badr	
DOI 10.22533/at.ed.01419211112	
CAPÍTULO 13	159
A CRISE NA VENEZUELA E O DIREITO DOS REFUGIADOS NO BRASIL	
Jonas Modesto de Abreu Bruno Henrique Martins de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.01419211113	

CAPÍTULO 14	172
MAIS DESENVOLVIMENTO, MAIOR TRANSPARÊNCIA? UMA ANÁLISE DO IMPACTO DO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL NO SEU GRAU DE TRANSPARÊNCIA	
Pedro Severino do Nascimento Silva	
DOI 10.22533/at.ed.01419211114	
O DIREITO E OS SEUS DESDOBRAMENTOS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	
CAPÍTULO 15	187
A POSSIBILIDADE DE EQUIPARAÇÃO SALARIAL DA ATIVIDADE-FIM DO TERCEIRIZADO COM O EMPREGADO CONTRATADO DIRETAMENTE PELA TOMADORA DE SERVIÇO	
Ticiania Poncio de Lima Felipe Oswaldo Guerreiro Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.01419211115	
CAPÍTULO 16	206
CRIMINOLOGIA FEMININA AFETIVA: ANÁLISE SOB A ÓTICA DO ABOLICIONISMO E MINIMALISMO PENAL	
Isael José Santana Julia Romano Barbosa Raul Dias Ferraz	
DOI 10.22533/at.ed.01419211116	
CAPÍTULO 17	218
DELINQUÊNCIA FEMINIL: BREVES ASPECTOS HISTÓRICOS E CRIMINOLÓGICOS	
Ana Carolina Medeiros Costa Paula Isael José Santana	
DOI 10.22533/at.ed.01419211117	
CAPÍTULO 18	231
REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL: É POSSÍVEL PENSAR DIFERENTE	
Rosalice Lopes Giovanna Loubet Ávila	
DOI 10.22533/at.ed.01419211118	
CAPÍTULO 19	243
O DIREITO À PRIVACIDADE EM FACE DA INTERAÇÃO CÉREBRO-MÁQUINA: A NECESSIDADE DE UMA ÉTICA DO ACESSO AO PENSAMENTO	
Lafaiete Luiz do Nascimento Diogo de Calasans Melo Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.01419211119	
CAPÍTULO 20	256
COMPETIÇÃO ELEITORAL COMO INCENTIVO À CORRUPÇÃO: ANÁLISE DAS ELEIÇÕES 2014 PARA GOVERNADOR E OS CASOS PERCEBIDOS DE COMPRA DE VOTOS	
Pedro Henrique Ribeiro da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.01419211120	

CATEGORIAS DE ANÁLISE E QUESTÕES EPISTEMOLÓGICAS

CAPÍTULO 21	270
A ATUALIDADE DA CATEGORIA MARXIANA DA SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA: TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS	
Ana Virgínia do Nascimento Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.01419211121	
CAPÍTULO 22	282
PROBLEMAS EPISTEMOLÓGICOS NAS TESES DE CIÊNCIAS HUMANAS NO BRASIL	
Rodrigo Dutra Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.01419211122	
CAPÍTULO 23	291
UM ESTUDO DE CASO DAS ASSOCIAÇÕES DE COLETORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE FLORIANÓPOLIS – SC	
Alessandra Knoll Sérgio Luís Boeira	
DOI 10.22533/at.ed.014192111223	
SOBRE A ORGANIZADORA	307
ÍNDICE REMISSIVO	308

O GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO ADOTA A AGENDA 2030 EM SUA ESTRATÉGIA PÚBLICA?

Cândido de Souza Pereira

Mestre em Administração e Governo Eletrônico (UOC)
e Mestrando em Políticas Públicas (UFPE).
Recife-PE.

RESUMO: O principal objetivo deste artigo é analisar de que maneira o Governo Pernambucano adota em sua estratégia pública a Agenda 2030. Essa nova agenda de desenvolvimento mundial contém 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) pactuados por 193 países-membros das Nações Unidas em 2015. Tais objetivos apresentam-se como diretrizes para o desdobramento de políticas públicas internacionais, nacionais e subnacionais. A estratégia pública, por sua vez, compreende os instrumentos de planejamento que visam atender aos desafios públicos. Para o desenvolvimento desta pesquisa, foi aplicado o método análise de conteúdo, a partir de uma abordagem qualitativa. Metodologicamente, o desenho de pesquisa compara o conteúdo de seis documentos: o Plano Plurianual (2016-2019), Pernambuco 2035 - Visão de Futuro, Mapa da Estratégia (2015-2018), os Programas de Governo (2015-2018 e 2019-2022) e a Agenda 2030. Em particular, realizou-se uma busca por palavras-chaves dos 17 objetivos do ODS para estimar a incidência das principais

temáticas nos documentos que transmitem a estratégia pública. As principais evidências indicam que: 1. O Governo não adota de forma explícita os ODS; 2. É dada ênfase a alguns temas, indústria, inovação e infraestrutura; saúde e bem-estar; água potável e saneamento; educação de qualidade; e paz, justiça e instituições eficazes; enquanto outros temas foram negligenciados. 3. O Plano Plurianual é o documento com maior incidência dos ODS. Este trabalho contribui para fundamentar estudos sobre ODS e Estratégia de Governo, assim como para orientar a formulação de políticas públicas e identificar o nexos regional-global de um governo.

PALAVRAS-CHAVE: Agenda 2030; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; Estratégia Pública; Análise de Conteúdo; e Estudo de Caso.

DOES THE PERNAMBUCO STATE GOVERNMENT ADOPT THE 2030 AGENDA IN ITS PUBLIC STRATEGY?

ABSTRACT: The main objective of this article is to analyze how the Pernambuco Government adopts in its public strategy the 2030 Agenda. This new world development agenda contains the 17 Sustainable Development Goals (SDGs) agreed by 193 United Nations member countries in 2015. These objectives are presented as

guidelines for the deployment of international, national and subnational public policies. The public strategy comprises the planning instruments that aim to meet the public challenges. For the development of this research, it was applied the content analysis method, from a qualitative approach. Methodologically, the research design compares the content of six documents: the Multiannual Plan (2016-2019), Pernambuco 2035 - Future Vision, Strategy Map (2015-2018), Government Programs (2015-2018 and 2019-2022) and the 2030 Agenda. In particular, a search for key words from the 17 SDGs was conducted to estimate the incidence of key themes in the documents that convey the government's public strategy. The main evidence indicates that: 1. The Government does not explicitly adopt the SDGs; 2. Emphasis is placed on some themes, industry, innovation and infrastructure; health and wellness; drinking water and sanitation; quality education; and peace, justice and effective institutions; while other themes were neglected. 3. The Multiannual Plan is the document with the highest incidence of SDGs. This work contributes to the foundation of studies on SDGs and Government Strategy, as well as to guide the formulation of public policies and to identify the regional-global nexus of a government.

KEYWORDS: 2030 Agenda; Sustainable Development Goals; Public strategy; Content analysis; and Case Study.

1 | INTRODUÇÃO

Com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida no Rio de Janeiro em 1992, identificou-se um novo caminho para o bem comum da humanidade: o desenvolvimento sustentável. O conceito de desenvolvimento sustentável foi apresentado na Agenda 21, reconhecendo que o desenvolvimento econômico deve ser equilibrado com as necessidades das pessoas e com a proteção do meio ambiente (ONU, 2018).

Em 2000, ocorreu uma nova cúpula mundial que estabeleceu os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), cujo foco principal foi a melhoria das condições de vida das populações mais pobres do planeta. Segundo a Organização das Nações Unidas - ONU (2018), a cúpula dos ODM foi o movimento antipobreza mais bem sucedido da história mundial. Em setembro de 2015, foi estabelecida uma nova agenda, a Agenda 2030, na qual se encontram pactuados os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), baseados nos ODM, só que mais amplos e ainda mais desafiadores do que os primeiros. Além de acabar com a pobreza, o atual curso global de ação está voltado para promover a prosperidade, o bem-estar para todos, proteger o meio ambiente e enfrentar as mudanças climáticas.

O Governo do Estado de Pernambuco, por sua vez, implantou em março de 2008, o Modelo de Gestão Todos por Pernambuco. Este modelo introduziu novos paradigmas para o processo de planejamento público até então realizado: selecionou e disseminou um conjunto de objetivos a serem perseguidos ao longo da gestão, e

em paralelo, reaproximou as atividades de orçamento com os instrumentos legais de planejamento. Outra característica do modelo foi o estabelecimento de rotinas e procedimentos distribuídos nas etapas do Ciclo de Gestão de Políticas Públicas (SEPLAG, 2014). A formulação da estratégia, atividade inicial desse Ciclo, mostra-se de suma importância para o estabelecimento da agenda de políticas públicas perante os desafios de uma sociedade.

A presente pesquisa parte da indagação: Como o Governo do Estado de Pernambuco adota a Agenda 2030 em sua estratégia pública?

Espera-se com esse estudo, identificar se na estratégia pública do Governo são consideradas as temáticas e ideias contidas nos ODS. Para tanto, a metodologia desenhada foi uma análise de conteúdo aplicada na perspectiva qualitativa. Assim, o objetivo principal deste trabalho é esclarecer de que maneira o Governo Pernambucano se utiliza das diretrizes contidas nos ODS em sua formulação de agenda pública e de seu planejamento. O artigo também apresenta um roteiro prático da aplicação do método análise de conteúdo, descrito com o intuito da metodologia ser replicável a investigações semelhantes.

No corpo do artigo encontra-se uma apresentação da Agenda 2030 e dos ODS, assim como uma breve descrição da Estratégia Pública do Governo de Pernambuco, dentro do Ciclo de Gestão de Políticas Públicas. Nos itens seguintes, apresentam-se a metodologia do estudo, os resultados obtidos e as discussões contendo as análises e descobertas referentes à indagação de pesquisa. Por último, foram elaboradas algumas considerações e sugestões para os atores públicos.

2 | A AGENDA 2030 E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - ODS

Os ODS fazem parte da nova agenda de desenvolvimento global, Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Eles foram adotados pelos 193 países-membros da ONU, na Cúpula de Desenvolvimento Sustentável, em setembro de 2015 (ONU, 2015).

A definição dos ODS baseou-se em um processo de consultas abertas e de pesquisa internacional coordenado pela ONU, com a participação de mais de 1,4 milhão de pessoas, de mais de 190 países, com vários grupos de interesse: governos, sociedade civil, setor privado, universidades e instituições de pesquisa, etc., que contribuíram pessoalmente ou por meio da plataforma online *My world* com a nova agenda global de desenvolvimento. De acordo com o documento da Agenda 2030, as ações propostas foram baseadas em cinco áreas de importância crucial para a humanidade e para o planeta: Pessoas – erradicar a pobreza; Planeta – proteger o planeta da degradação; Prosperidade – vida prospera e plena realização pessoal; Paz – sociedade inclusiva e justa; e Parceria – solidariedade (ONU, 2015).

Considerando as cinco grandes áreas de importância e as três dimensões do desenvolvimento sustentável de forma integrada – ambiental, social e econômica, os países-membros da ONU pactuaram os 17 objetivos e suas 169 metas, que abordam várias temáticas como: erradicação da pobreza, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, mudança do clima, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura e industrialização, entre outras. (Figura 1).



Figura 1. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS

Fonte: ONU (2015).

A Agenda 2030 indica que os governos possuem a responsabilidade de acompanhamento e revisão, em âmbito nacional, regional e global, dos progressos alcançados na implementação dos objetivos e metas até 2030. Na América Latina, o acompanhamento é realizado no espaço do Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável, convocado anualmente pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL (ONU, 2018).

Os ODS orientam as políticas públicas internacionais, nacionais e subnacionais e as atividades de cooperação entre os países. O Brasil participou das sessões da negociação intergovernamental e tem um papel importante no debate internacional, pois foi o país que sediou a primeira Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Cúpula da Terra) e a Conferência Rio +20, em 2012 (ONU, 2018). O Governo Brasileiro busca alcançar as metas e monitorar os indicadores, coordenando os estados e municípios para fazerem o mesmo, a fim de cumprirem a Agenda 2030. Assim, torna-se salutar realizar um estudo sobre como o Governo de Pernambuco vem contribuindo para a população, assim como para o desempenho do Brasil, analisando a interface da formulação de sua estratégia pública com os ODS.

3 | A ESTRATÉGIA PÚBLICA DO GOVERNO DE PERNAMBUCO

As políticas públicas podem ser entendidas como um conjunto de programas, projetos e ações desenvolvidas pelas organizações públicas, de maneira direta ou indiretamente, que objetivam a ampliação do bem-estar social. Com a finalidade de gerenciar as ações governamentais, desde a priorização da agenda pública até a avaliação das ações, o Governo de Pernambuco definiu que as bases de seu Ciclo de Gestão de Políticas Públicas seguiriam os passos do PDCA - *Plan, Do, Check, Act*, aplicado por Deming no Japão pós-guerra. As etapas do PDCA receberam novas denominações que formaram o anagrama denominado de FIMA - Formulação, Implementação, Monitoramento e Avaliação (SEPLAG, 2014).

A formulação da estratégia governamental busca desenvolver um plano central e selecionar as ações que serão prioritárias para as unidades de Governo. A implementação consiste no desafio de fazer acontecer à estratégia, promovendo o alinhamento de toda administração pública e a execução orçamentária, com as prioridades estabelecidas na Formulação da Estratégia. O monitoramento tem como foco principal o acompanhamento das ações prioritárias e os esforços realizados, visando sempre alcançar os objetivos estratégicos do Governo. A última etapa do FIMA, a avaliação, compreende em analisar a evolução dos resultados, por meio de indicadores. O foco é avaliar os resultados obtidos, gerando aprendizagem, de modo a permitir a adoção de medidas de correção (SEPLAG, 2014).

Para o Governo Pernambucano (SEPLAG, 2014), a agenda estratégica é um conjunto de definições sobre os propósitos (declarações de missão, visão, princípios, premissas, etc.), sobre os resultados desejados (na forma de objetivos, indicadores e metas) e sobre a maneira de como alcançá-los (plano de ações ou projetos). A elaboração da estratégia é um exercício sistemático de olhar para o futuro, considerando o contexto presente em que a ação pública está inserida.

Pode-se dizer que a estratégia pública do Governo encontra-se distribuída em alguns documentos: Programas de Governo; Mapa da Estratégia de Pernambuco; Mapas da Estratégia dos Objetivos Estratégicos que abarcam as metas priorizadas pelo Governo; Pernambuco 2035; e o Plano Plurianual. Este último se apresenta como uma peça-chave de consolidação de todos os outros documentos, considerando ainda a ausculta regional que acontece nos Seminários Todos por Pernambuco, o legado programático dos órgãos estaduais, o Modelo de Gestão Todos por Pernambuco, além de considerar o cenário global e o nacional, que geram impactos na economia pernambucana e na qualidade de vida da população (SEPLAG, 2015).

4 | METODOLOGIA

O presente artigo é de cunho qualitativo, com o desenho de pesquisa composto por um estudo de caso e pela aplicação do método de análise de conteúdo (BARDIN,

2016). Para tanto foram utilizadas fontes documentais secundárias disponibilizadas no site da Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão - SEPLAG. A abordagem qualitativa é empregada quando se pretende compreender o significado ou o processo e o contexto dos fenômenos. O ponto de vista dos atores envolvidos em fenômenos sociais ou em políticas públicas é primordial. Nas ciências sociais, os métodos qualitativos são utilizados tanto em estudos sobre indivíduos, quanto em estudos sobre grupos ou organizações formais e informais. Minayo e Sanches (1993) declaram que a abordagem dialética opera em nível dos significados e é interligada ao pesquisador:

“... do ponto de vista qualitativo, a abordagem dialética atua em nível dos significados e das estruturas, entendendo estas últimas como ações humanas objetivadas e, logo, portadoras de significado. Ao mesmo tempo, tenta conceber todas as etapas da investigação e da análise como partes do processo social analisado e como sua consciência crítica possível. Assim, considera os instrumentos, os dados e a análise numa relação interior com o pesquisador, e as contradições como a própria essência dos problemas reais” (MINAYO e SANCHES, 1993).

A análise de conteúdo é um método que serve para analisar mensagens, textos, áudios, vídeos, documentos diversos, independente do tema ou assunto contido nos elementos de estudo. A partir dos objetivos de pesquisa, a análise de conteúdo possibilita esmiuçar um fenômeno comunicativo, identificar, categorizar e interpretar os textos de qualquer tipo de documento. Por meio deste método, é possível realizar tanto uma análise quantitativa – tratamento de dados classificados como frequências, classificação ou contagem, quanto qualitativa – significado e sentido dos documentos (BELZUNEGUI et al, 2002).

De acordo com Bardin (2016), o método de análise de conteúdo segue algumas fases organizadas em torno de três polos cronológicos: pré-análise; exploração do material; e o tratamento dos resultados, inferência e interpretação; que se encontram explicados a seguir.

A **pré-análise** é a fase de organização da pesquisa e da sistematização das ideias iniciais. Constitui na escolha dos documentos, formulação das hipóteses, objetivos e elaboração dos indicadores que sustentam a interpretação dos dados. O polo da pré-análise segue as seguintes fases: i) leitura flutuante – consiste no contato inicial com os documentos para conhecer os textos e emitir as primeiras impressões; ii) escolha dos documentos – reunião dos elementos que irão compor o universo dos documentos de interesse (*corpus* de análise), contendo o conjunto de todos os dados que serão utilizados; iii) formulação das hipóteses e dos objetivos – as hipóteses são afirmações provisórias, suposições, sobre a problemática que se quer verificar, já os objetivos são as finalidades do estudo proposto; iv) referenciação dos índices e a elaboração de indicadores – organização sistemática das hipóteses em indicadores, que podem ser mensurados por meio das frequências das ocorrências de certas palavras e temas; v) preparação do material – todo o material reunido deve passar

por uma preparação (edição) antes de se efetuar a análise, por exemplo, recorte e consolidação de questões abertas, transcrições de áudios, etc. (BARDIN, 2016).

Destarte, a pré-análise deste trabalho foi iniciada através da leitura flutuante de alguns documentos e consultas aos sites da SEPLAG e da Agenda 2030, a fim de obter as primeiras impressões e entendimentos sobre a Estratégia do Governo Pernambucano e os ODS.

Considerando que os ODS foram acordados em 2015, o recorte temporal escolhido para analisar os documentos do Governo de Pernambuco é composto pelo período de 2015 até o presente momento, compreendendo a atual gestão e a gestão anterior, que foi concomitante ao surgimento dos ODS. Esse período representaria um recorte da governança que estaria apta a seguir os direcionamentos ideológicos estabelecidos nos objetivos da Agenda 2030. Depois de conhecer preliminarmente a estrutura, os assuntos tratados nos textos e da definição da escala temporal de análise, foi realizada a seleção dos documentos para compor o **corpus de análise**:

Pernambuco 2035 – Corresponde ao plano estratégico de longo prazo do Governo. É constituído por três documentos: Estratégia de desenvolvimento e carteira de projetos públicos, carteira de projetos privados e visão de futuro. Esse último documento se divide em duas partes: I – O ponto de partida: onde estamos? e II – As possibilidades, as aspirações, e a visão de futuro: aonde podemos e queremos chegar em 2035? Foi levada em consideração para a pesquisa a Parte II, sabendo que é o item no qual constam descritos os desafios, objetivos e metas a serem alcançadas no planejamento de longo prazo. Em tal documento encontram-se cinco pilares que compreendem três grandes alvos (Qualidade de vida, Prosperidade e Coesão social) e dois elementos no núcleo central (Educação e conhecimento e Instituições de qualidade). Os pilares se desdobram em 15 objetivos e 35 metas (SEPLAG, 2015).

Plano Plurianual (PPA) – Se apresenta como um dos instrumentos formais de planejamento público materializado por lei estadual que reflete as políticas públicas e organiza a atuação da Administração Pública. Para cada Objetivo Estratégico são especificados os programas, as ações com suas respectivas finalidades e subações detalhadas segundo o produto, a unidade e a meta física, além dos órgãos e respectivas unidades orçamentárias. Assim, fornece uma visão analítica da programação futura dos entes dos Poderes Legislativo, Judiciário, do Ministério Público, e do Poder Executivo (SEPLAG, 2015). O PPA apontado para o estudo foi o vigente (2016-2019, Lei nº 15.703/2015), especificamente o Anexo II, que abrange os programas e ações do Poder Executivo.

Mapa da Estratégia – Constitui um diagrama de comunicação dos principais objetivos do Governo Estadual, que sintetiza a Visão de Futuro, Premissas e Focos prioritários. Tem como a principal finalidade publicizar as diretrizes do Governo e servir de guia para o desdobramento das políticas públicas em metas e ações prioritárias (SEPLAG, 2015). O Mapa da Estratégia utilizado para a análise será somente o mapa do período 2015-2018, visto que o novo mapa ainda não foi disponibilizado.

Programas de Governo – São documentos que afirmam as propostas defendidas pelos candidatos para a sociedade durante a campanha eleitoral, formalizadas e registradas perante a Justiça Eleitoral. Essa agenda prévia das políticas públicas guiará o possível Governo futuro, caso o candidato seja contemplado nas urnas. Os Programas de Governo utilizados como insumos da análise foram os Programas da Frente Popular de Pernambuco, referentes aos anos 2015-2018 e 2019-2022. Foram considerados os textos completos, visto que são peças curtas, mais objetivas, e muitas vezes com características de prestação de contas à sociedade, do que de fato um objeto contendo propostas de ações para uma futura governança.

Bardin (2016) traz em sua abordagem a fase da formulação de hipóteses e objetivos. Assim, este trabalho parte da seguinte proposição: O Governo de Pernambuco adota indiretamente os ODS em sua estratégia pública. O objetivo principal é o de identificar quais pressupostos e ideias dos ODS estariam contempladas nas propostas e ações do Governo Pernambucano, estando estas políticas públicas já implementadas ou não.

Os indicadores são compostos pelas frequências das palavras-chaves e expressões, que representam os temas dos ODS. Mais adiante, no Quadro 1, está disposta a configuração geral das categorias com suas respectivas frequências. A **preparação do material** foi realizada por meio da verificação dos documentos e textos, sendo apurado que não foi necessário algum tipo de tratamento específico, apenas foram recortadas as partes dos documentos (PDFs) que interessavam a pesquisa, visando facilitar as consultas e evitar duplicidades.

O polo cronológico da **exploração do material** consiste na implementação das decisões tomadas na pré-análise. Para tanto, efetuasse a decomposição e codificação das unidades de análise seguindo regras previamente estabelecidas. O processo de codificação corresponde à transformação dos dados brutos por meio de recortes (escolha das unidades de registro e de contexto), classificação e agregação (escolha de categorias) e enumeração (regras de contagem). O tratamento dos dados pode ser realizado por um conjunto de técnicas para a análise de conteúdo, a saber: análise categorial, análise de avaliação, análise da enunciação, análise proposicional do discurso, análise da expressão e análise das relações (BARDIN, 2016).

A análise categorial, ou categorização, é o processo de desmembrar o texto em unidades menores, categorias agrupadas de acordo com características semelhantes. É de grande serventia para a investigação de temas e entendimento das significações elucidadas em um processo de comunicação. A finalidade principal é fornecer uma representação simplificada dos dados brutos. A categorização reúne as unidades de registro em classes, cujo agrupamento pode seguir quatro tipos de critérios: semântico – categorias temáticas; sintático – categorias que seguem a função dos termos na oração (ex.: verbos, adjetivos); léxico – categorias de palavras segundo o sentido, agrupando também os sinônimos; e expressivo – categorias que classificam as perturbações da linguagem (BARDIN, 2016).

Geralmente, a técnica de codificação mais utilizada para transformar os dados brutos em unidades textuais é à análise categorial, consistindo também na escolha ótima para a realização desta pesquisa. Segundo Silva e Fossá (2015), com a categorização busca-se classificar os materiais em temas ou categorias que auxiliam na captação do que se está por trás do discurso.

A exploração do material foi operacionalizada por meio do confronto dos documentos oficiais que decompõem a Estratégia do Governo Pernambucano com os ODS estabelecidos na Agenda 2030. A codificação foi feita com o auxílio do Software NVivo, através de consultas das palavras-chaves e expressões que foram escolhidas de acordo com sua importância em refletir os sentidos contidos nos objetivos e metas dos ODS.

ONVivo organiza e categoriza informações textuais e ajuda a descobrir tendências e a sistematizar análises, promovendo uma rápida reexaminação dos dados. Também se apresenta útil em pesquisas que se analisam uma grande quantidade de dados ou quando se precisam confrontar informações (ALVES et al, 2015).

As categorias (nós, na nomenclatura do NVivo) contêm os fragmentos de textos recortados e classificados por temas. Assim, obtiveram-se 17 categorias (ou seja, cada ODS corresponde a uma categoria) que agruparam as unidades textuais referenciadas, frases que possuem as palavras-chaves consultadas nos cinco documentos que compõem o *corpus* de análise. Na Figura 2 apresentam-se as categorias com suas fontes referenciadas e a quantidade de ocorrências das unidades textuais.

Nós		
Nome	Fontes	Referências
ODS 1 - Erradicação da pobreza	4	9
ODS 2 - Fome zero e agricultura sustentável	2	18
ODS 3 - Saúde e bem-estar	5	104
ODS 4 - Educação de qualidade	4	73
ODS 5 - Igualdade de gênero	4	46
ODS 6 - Água potável e saneamento	5	73
ODS 7 - Energia limpa e acessível	3	16
ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico	5	37
ODS 9 - Indústria, inovação e infraestrutura	5	106
ODS 10 - Redução das desigualdades	4	10
ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis	5	34
ODS 12 - Consumo e produção responsáveis	2	11
ODS 13 - Ação contra a mudança global do clima	1	5
ODS 14 - Vida na água	3	6
ODS 15 - Vida terrestre	4	40
ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes	5	68
ODS 17 - Parcerias e meios de implementação	5	23

Figura 2. Categorias de Análise

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Software NVivo.

O **tratamento e interpretação** dos resultados obtidos se configuram na consolidação, explicação e comunicação dos dados por meio de estatísticas, diagramas, imagens, tabelas, quadros, modelos, etc. Nesse último polo cronológico devem ser explicadas as descobertas e inferências da pesquisa (BARDIN, 2016). O item seguinte traz os resultados e interpretações.

5 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Quadro 1 encontra-se a matriz de codificação com os resultados gerais da pesquisa. Através dele, é possível observar a incidência das principais temáticas nos documentos que transmitem a estratégia pública. Nesse quadro, está o detalhamento da quantidade dos recortes textuais separado por fonte de análise (documento), palavras-chaves e objetivos.

A codificação realizada mostrou-se suficiente para responder a problemática de pesquisa. De uma maneira geral, nenhum documento trouxe em seu conteúdo uma correspondência exata com os dizeres dos ODS. Entretanto, é possível identificar relações entre as proposições e ações do Governo Pernambucano com os objetivos contidos na Agenda 2030. Determinadas políticas públicas propostas ou em andamento refletem a essência temática e o sentido das ideias trazidas pelos ODS.

Objetivos	Palavras-chave	PPA 2016-2019_Anexo II	Pernambuco 2035_Visão de Futuro_Parte II	Mapa da Estratégia 2015-2018	Programa de Governo 2015-2018	Programa de Governo 2019-2022	Total
ODS 1	erradicar, erradicação, pobres, pobreza	4	3	0	1	1	9
ODS 2	fome, segurança alimentar, agricultura, sustentável	17	0	0	0	1	18
ODS 3	saúde, saudável, bem-estar, qualidade de vida	82	13	1	2	6	104
ODS 4	educação, educação de qualidade, educação inclusiva, aprendizagem	63	8	1	0	1	73
ODS 5	gênero, igualdade de gênero, empoderamento, mulheres	42	0	1	1	2	46
ODS 6	água, água potável, saneamento, recursos hídricos	63	4	1	2	3	73
ODS 7	energia, energia limpa, energia acessível, energia sustentável	13	2	0	0	1	16
ODS 8	trabalho, crescimento econômico, emprego, desemprego	29	2	1	2	3	37
ODS 9	indústria, inovação, infraestrutura, sustentável	95	4	2	1	4	106
ODS 10	redução das desigualdades, desigualdade social, diferença social, classes sociais	2	4	1	3	0	10
ODS 11	cidades sustentáveis, comunidades, assentamentos, habitação	26	3	1	2	2	34
ODS 12	consumo sustentável, produção responsável, consumo, produção	10	0	0	1	0	11
ODS 13	mudança global, clima, mudança climática, catástrofe natural	5	0	0	0	0	5
ODS 14	vida na água, mar, pesca, costa, praia	4	1	1	0	0	6
ODS 15	vida terrestre, desertificação, semiárido, conservação, preservação	34	4	1	1	0	40
ODS 16	paz, justiça, instituições eficazes, violência	45	11	5	3	4	68
ODS 17	parcerias, meios implementação, cooperação, internacional, acordos	13	6	2	1	1	23
Total		547	65	18	20	29	679

Quadro 1. Matriz de Codificação

Analisando o sentido das palavras-chaves em seus contextos, afirma-se que os ODS foram contemplados indiretamente nos documentos que remetem à estratégia do Governo Pernambucano. No total foram codificadas 679 unidades textuais. Desse montante, o ODS com a maior quantidade de referências codificadas foi o ODS 9 (com 106 recortes textuais, 15,6%), seguido do ODS 3 (104 recortes, 15,3%), ODS 6 (73 recortes, 10,75%), ODS 4 (também 73 recortes, 10,75%) e ODS 16 (68 recortes, 10%).

É importante observar que certos ODS não foram contemplados em alguns documentos, nos quais não foi possível codificar referência alguma. A saber: Pernambuco 2035 – ODS 2, 5, 12 e 13; Mapa da Estratégia – ODS 1, 2, 7, 12 e 13; Programa de Governo 2015-2018 – ODS 2, 4, 7, 13 e 14; e Programa de Governo 2019-2022 – ODS 10, 12, 13, 14 e 15.

Na Figura 3, observa-se um gráfico de hierarquia das referências codificadas, ajudando na visualização da proporção das unidades textuais em suas categorias de análise. Como foi dito acima, os ODS que obtiveram a maior parcela da codificação foram os de número 9, 3, 6, 4 e 16. A Figura 3 também possibilita identificar os ODS com menos codificações, os de número 12, 10, 1, 14 e 13, que juntos contribuem apenas com 6% do total codificado.

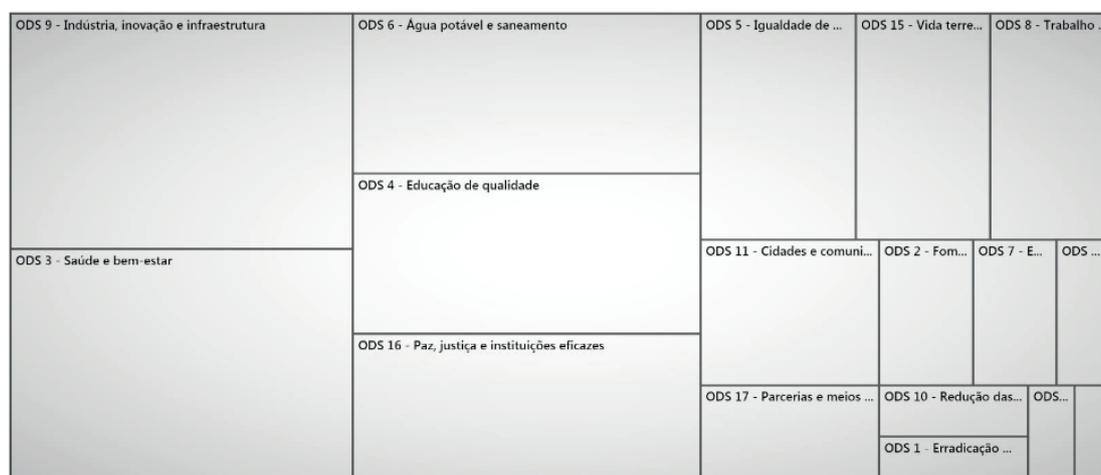


Figura 3. Gráfico de hierarquia da codificação

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Software NVivo.

A Figura 4 traz as informações de forma mais sintetizada. A partir dela, podemos acrescentar que a maior parte das codificações se concentrou no documento PPA 2016-2019 (547 recortes textuais, 80,5%) e os outros 19,5% estão distribuídos nos documentos: Pernambuco 2035 (65 recortes, 9,6%), Programa de Governo 2019-2022 (29 recortes, 4,3%), Programa de Governo 2015-2018 (20 recortes, 3%) e Mapa da Estratégia 2015-2018 (18 recortes, 2,6%).

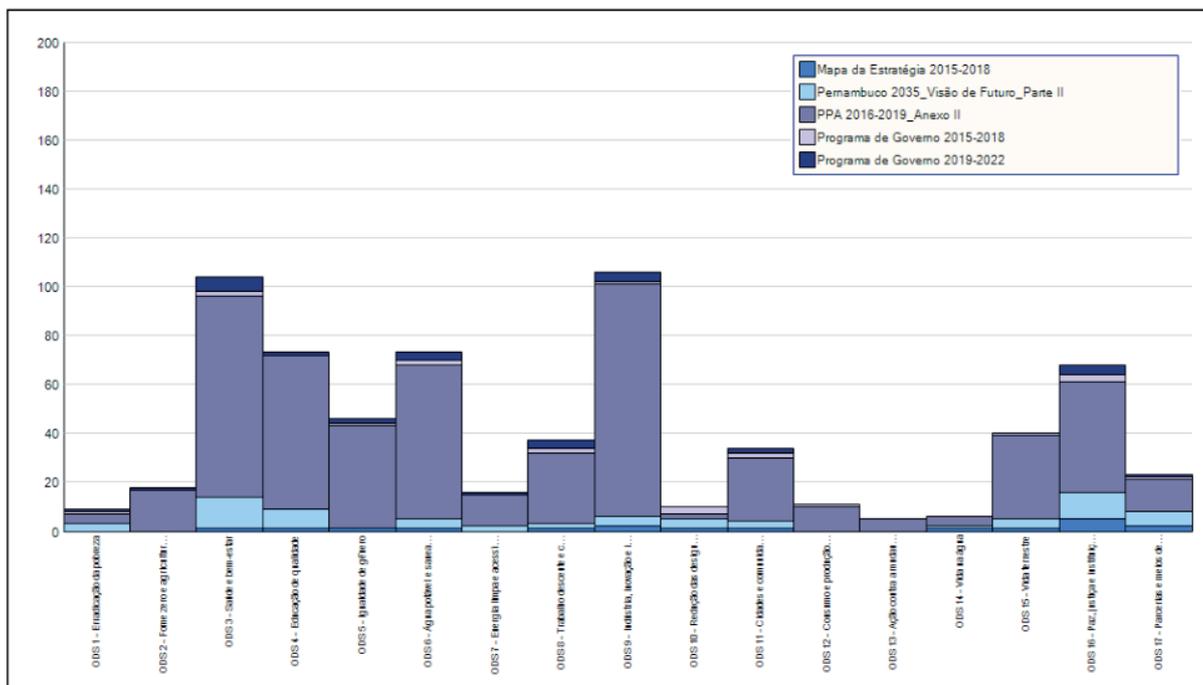


Figura 4. Gráfico de frequências da codificação por fonte e categoria

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Software NVivo.

Adiante serão expostas especificamente as análises acerca de cada ODS, explorando os resultados que ora possam se apresentar exaustivos devido à quantidade considerada de objetivos da Agenda 2030, contudo, tal detalhamento faz-se necessário. Assim, esmiuçando as unidades textuais categorizadas, explanam-se as discussões a seguir.

Observa-se que ODS 1, acabar com a pobreza, foi abordado no documento Pernambuco 2035 em seu objetivo Pernambuco com inclusão e igualdade de oportunidades, nos dizeres da meta reduzir rapidamente a pobreza (% dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 140 mensais). Também foi abordado no eixo Coesão social, 8 em cada 10 pernambucanos pobres saem desta condição. Nos programas e ações do PPA, o ODS 1 estava revelado de forma focalizada na redução da pobreza rural e com uma abordagem de política de gênero. Os Programas de Governo, por sua vez, citam o combate à pobreza.

No ODS 2, que trata principalmente do combate à fome, foram encontrados programas e ações do PPA referentes às cadeias produtivas da agricultura familiar e sua comercialização, e contribuir com a segurança alimentar e nutricional. Também foi localizada uma ação de fomento à pesquisa agrícola. Um programa que merece destaque é o Leite para Todos, pois possui a finalidade de contribuir para a melhoria da desnutrição das famílias carentes, por meio da distribuição gratuita de leite. Em relação ao Programa de Governo 2019-2022, somente foi observado uma única passagem em um trecho que cita a volta do Brasil ao vergonhoso Mapa Mundial da Fome.

O ODS 3, que compreende as políticas públicas voltadas a saúde e bem-estar, pode ser observado no Mapa da Estratégia na perspectiva Qualidade de Vida, que reúne os três grandes Pactos do Governo (Vida, Educação e Saúde). No Pernambuco 2035, o ODS 3 depara-se com o pilar Qualidade de vida que compreende as visões de futuro e as metas estabelecidas ligadas as condições e qualidade de vida. Ainda de acordo com o documento, a qualidade de vida se expressa em quatro objetivos combinados, voltados para sustentabilidade ambiental. As principais metas encontradas no Pernambuco 2035 foram: reduzir fortemente a mortalidade por causas externas, chegando em 2030 com o índice de São Paulo de hoje, e declinando nos últimos anos para 65 em cem mil habitantes em 2035; reduzir a mortalidade infantil de Pernambuco continuamente dos atuais 15,8 em mil nascidos vivos (2011) para 8 em 2035; reduzir a taxa de morte no trânsito (medindo a civilidade e a tolerância da população) de 22,2 em cem mil habitantes, em 2011, para 14,8 em 2035; e elevar a expectativa de vida para 82,3 anos, em 2035, alcançando o índice da Espanha em 2011.

Ainda no ODS 3, observou-se que a maior parte dos programas e ações do PPA encontra-se disposta no arcabouço do Pacto pela Saúde. Esse programa tem como objetivo principal ampliar o acesso a serviços de saúde pública de qualidade com atendimento humanizado. Outras ações que também merecem destaque: melhorar a estrutura física das unidades de saúde; ações de assistência à saúde do Programa Chapéu de Palha; Programa Mãe Coruja, cujo objetivo é garantir atenção integral às gestantes, aos seus filhos e famílias; desenvolvimento da atenção básica, assistência hospitalar e ambulatorial; implantação de Unidades de Pronto Atendimento - UPAs. No Programa de Governo 2019-2022, encontra-se o eixo qualidade de vida e o próprio Programa apresenta-se como finalidade principal a busca do bem-estar de todos os pernambucanos.

O ODS 4, que envolve as políticas públicas voltadas a educação, pode ser relacionado ao Pacto pela Educação exposto no Mapa da Estratégia, com suas ações contidas no PPA. Tal programa objetiva elevar o nível de escolaridade, a qualidade da educação pública e promover ações de incentivo à cultura. Dentre as ações contidas no PPA, destacam-se: ações de educação igualitária entre mulheres e homens no âmbito do ensino formal; valorização do livro, da leitura e da biblioteca; promoção e expansão da educação à distância; expansão da educação em tempo integral; e apoio aos municípios na implantação dos Pactos pela Educação Municipais.

No Pernambuco 2035, a temática educação aparece como núcleo central, pois segundo o documento ela influencia no conjunto formação de capital humano e capital institucional, na viabilização e ampliação dos outros três pilares. Também aparece como o objetivo Educação de Qualidade, cuja visão de futuro é a que Pernambuco estará entre os melhores estados do Brasil no nível de escolaridade e na qualidade da educação. As metas que compõem o objetivo são: elevar o nível de escolaridade de 6,4 anos (2011) para 12 anos de estudo (população de 25 anos e mais); aumentar a

taxa de escolarização líquida do ensino médio para nível superior a 80% e passando do nível de São Paulo em 2011; e aumentar a nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB no ensino fundamental (anos iniciais) de 4,3 para 7,0 (2035), nos anos finais passa de 3,5 (2011) para 6,2 (2035) e no ensino médio o IDEB sobe de 3,4 (2011) para 6,8. O Programa de Governo 2019-2022 traz em seu corpo o eixo Educação e Conhecimento, que discorre sobre ações que já foram feitas para melhorar todos os níveis de ensino e intensificar a qualificação profissional.

O ODS 5, igualdade de gênero, encontra-se no objetivo estratégico do Mapa da Estratégia denominado de Direitos Humanos, que busca avançar na promoção da igualdade e nas políticas de gênero. No PPA, o grande aporte é o Programa Mãe Coruja, mas também se destacam outras ações: fortalecimento das ações de trabalho e renda para as mulheres; promover o empoderamento; ações de apoio à punição dos agressores e de justiça para as mulheres; ações de prevenção da violência de gênero contra as mulheres; e atenção integral à saúde da mulher.

O Programa de Governo 2015-2018 afirma que permanece o desafio, na consolidação da democracia brasileira, de garantir igualdade de oportunidades e respeito às diferenças decorrentes da condição de gênero, orientação sexual, grupo étnicocultural, dentre outras. Já o Programa de Governo 2019-2022 assegura que o campo das políticas para as mulheres sempre foi defendido pela coligação partidária da Frente Popular. O Programa também menciona o ato importante do estado substituir a nomenclatura crime passionai por feminicídio nos boletins de ocorrência.

O ODS 6, água potável e saneamento, aparece no objetivo estratégico do Mapa da Estratégia chamado de Recursos Hídricos e Saneamento, com a finalidade de expandir os serviços de esgotamento sanitário e o acesso à água. No Pernambuco 2035, o saneamento aparece no objetivo Pernambuco com mobilidade eficiente e habitabilidade, reconhecendo que existe ainda grande insuficiência em sua oferta. A meta é elevar o acesso ao saneamento adequado de forma contínua, alcançando cerca de 90% dos domicílios em 2035. Em outro objetivo, Pernambuco Sustentável, é citado o tema de Recursos Hídricos no contexto de que a escassez e a poluição afetam a dinâmica econômica. Esse objetivo também apresenta a visão de que a conservação da cobertura florestal amplia a oferta de água.

No que tange ao PPA, o ODS 6 se relaciona com as ações: ampliação da infraestrutura hídrica; implantação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário do Programa Estadual de apoio ao Pequeno Produtor Rural - PRORURAL; apoio às ações de convivência com o semiárido; fornecimento de água via caminhões pipa para população residente nas áreas atingidas pela estiagem; ações de saneamento rural e urbano. Os Programas de Governo contemplam a estratégia de universalizar o acesso à água e ao esgotamento sanitário com expansão e melhoria da qualidade da oferta hídrica, tanto para uso residencial e comercial, com o intuito de garantir o abastecimento em todo o território do estado.

O ODS 7, energia limpa e acessível, é observado na visão de futuro do objetivo

Pernambuco com infraestrutura de qualidade do documento Pernambuco 2035. O Estado ampliará até 2035 a geração de energia de biomassa e energia eólica, aproveitando potencial acima de 100 metros. A meta é melhorar a qualidade da distribuição da energia elétrica com redução das interrupções e da sua duração. Em relação ao PPA, ressaltam-se as ações: desenvolvimento de tecnologias alternativas de convivência com os biomas; projeto de comercialização de energias renováveis; exploração e o aproveitamento de fontes de energia alternativa disponíveis. O Programa de Governo 2019-2022 considera que o desenvolvimento deve priorizar as infraestruturas que sirvam de apoio e escoamento à produção, especialmente aquelas ligadas ao transporte, à logística, à energia e à comunicação.

O ODS 8, que abrange as políticas públicas de trabalho e crescimento econômico, pode ser observado no objetivo estratégico Inovação e Produtividade do Mapa da Estratégia, no fragmento que diz gerar novas oportunidades de emprego e renda. Já o Pernambuco 2035 traz o objetivo Pernambuco dinâmico, com o desafio para os próximos 20 anos de fazer a economia crescer mais que a do Brasil, se aproximando do Produto Interno Bruto - PIB per capita brasileiro. Para tanto, foram estabelecidas as seguintes metas: elevar o PIB de Pernambuco a taxas superiores à média nacional, alcançando cerca de R\$ 390 bilhões em 2035 (pouco acima do PIB de MG de 2011); aumentar a participação no PIB do Brasil de 2,5% (2011) para 3,7%, em 2035; e aumentar o PIB per capita de Pernambuco de R\$ 11.776 (2011) para R\$ 35.772 (pouco acima de São Paulo em 2011).

No tocante ao PPA, seguem as principais ações relacionadas ao ODS 8: fortalecimento do sistema público de emprego - agências do trabalho; atividades destinadas a fortalecer e ampliar vocações locais e regionais geradoras de emprego e renda; programa de qualificação e formação profissional; aumentar e qualificar a infraestrutura portuária; e desenvolver e fortalecer as cadeias produtivas de cultura e turismo. O Programa de Governo 2015-2018 tem como foco prioritário garantir o desenvolvimento de todas as regiões do estado, reequilibrando uma relação historicamente desigual entre o interior e a Região Metropolitana do Recife. E o Programa 2019-2022, por sua vez, cita o conjunto de investimentos em infraestrutura econômica no Eixo Prosperidade, trazendo também o foco na descentralização de investimentos.

O ODS 9 é um objetivo mais transversal, englobando indústria, inovação e infraestrutura. Tais temas estão relacionados a dois objetivos estratégicos do Mapa da Estratégia: infraestrutura e competitividade; e inovação e produtividade. No Pernambuco 2035, os temas se relacionam a vários objetivos: Pernambuco competitivo; Pernambuco inovador; Pernambuco com infraestrutura de qualidade; Pernambuco com equilíbrio territorial; e Pernambuco global. Dentre as metas para se alcançar esses objetivos, mencionam-se: elevar a produtividade da economia; aumentar o percentual das empresas industriais de Pernambuco que inovam; ampliar a malha de transporte rodoviário de Pernambuco; melhorar continuamente a qualidade

das rodovias; e desconcentração de investimentos.

O PPA traz inúmeras ações sobre o ODS 9, com o intuito de elucidar, segue: promover o desenvolvimento municipal nas áreas estratégicas de infraestrutura urbana e rural, educação, saúde, segurança, desenvolvimento social, meio ambiente e sustentabilidade; implantação do programa de inovação inclusiva; criação e consolidação de parques tecnológicos; ações de infraestrutura viária e portuária; obras do programa de aceleração do crescimento; e atração de novas indústrias e projetos estruturadores. O Programa de Governo 2015-2018 cita que o estado se estrutura para mudanças qualitativas, avançando no padrão de modernidade e inovação, articulado e competitivo em escala global. Já o Programa de Governo 2019-2022 aborda o ODS 9 nos Eixos Qualidade de Vida e Prosperidade, que compreendem os investimentos em infraestrutura social e econômica.

O ODS 10 versa sobre as desigualdades dentro dos países e entre eles. Nesse sentido, não é tão aderente explorar esse objetivo no âmbito estadual. Apesar disso, olhando na perspectiva de reduzir as desigualdades sociais, econômicas dentro do território pernambucano, o Governo optou como focos prioritários no Mapa da Estratégia, os estratos mais vulneráveis da população o interior do estado. No Pernambuco 2035 é possível ressaltar o objetivo de Educação de qualidade, que afirma a importância da educação como fator fundamental para a redução da desigualdade social. Outro objetivo de destaque é Pernambuco com inclusão e igualdade de oportunidades, que aborda a meta de reduzir o Índice de Gini em 2035 para 0,45, refletindo uma diminuição da desigualdade social.

O PPA contempla algumas ações que visam a redução das desigualdades sociais e econômicas por meio da descentralização das cadeias produtivas. O Programa de Governo 2015-2018 acomoda um projeto de futuro comprometido com a eliminação das injustiças e redução das desigualdades sociais e econômicas, com compromissos para a garantia e efetivação de direitos que superem as desigualdades.

O ODS 11, cidades e comunidades sustentáveis, engloba o debate sobre habitação, urbanização e transporte. Esse ODS é contemplado no objetivo estratégico mobilidade e urbanismo do Mapa da Estratégia. No Pernambuco 2035, encontra-se o objetivo Pernambuco com mobilidade eficiente e habitabilidade, com a visão de que Pernambuco contará com mobilidade eficiente baseada na oferta ampla e de qualidade do transporte público de massa nas grandes e médias cidades. As metas relevantes são: diminuir o tempo de deslocamento casa-trabalho na Região Metropolitana do Recife, de 38 minutos, em 2012, para 24 minutos em 2035; reduzir o déficit habitacional em Pernambuco drasticamente, sendo em 2035 menos da metade do atual.

A cerca do PPA, destacam-se as ações para o ODS 11: controle do uso e ocupação do solo urbano, de forma compartilhada, transparente e eficiente; promoção da regularização fundiária, prioritariamente para assentamentos e comunidades indígenas e dos ambientes; e execução de obras de infraestrutura e construção de

unidades habitacionais. Os Programas de Governo concordam que os resultados do crescimento devem ser compartilhados por todos, o que implica alcançar a população das pequenas e médias cidades e das áreas rurais. Os Programas amparam a requalificação dos espaços urbanos, construindo ambientes comuns de inclusão social, para aplicar o conceito de “cidades saudáveis”.

O ODS 12, consumo e produção responsáveis, foi notado em algumas ações do PPA: aproveitamento de resíduos sólidos; ações de promoção e uso sustentável dos recursos naturais; melhoria dos níveis de produção e produtividade da pecuária estadual, visando ofertar produtos de boa qualidade ao consumidor; e produção de animais, mudas e sementes para pesquisa. No Programa de Governo 2015-2018 observa-se uma menção ao consumo sustentável ao propor a consolidação um novo modelo de consumo responsável, gestão sustentável dos recursos naturais, eficiência energética, preservação e proteção do patrimônio.

O ODS 13, que consta na ação contra a mudança global do clima, é um objetivo de âmbito internacional que deveria ser prioridade e motivo de luta por todos os países. No âmbito estadual, não existem grandes ações nesse sentido. Debruçando-se sobre o PPA, relacionam-se as ações: desenvolvimento de ações integradas de gestão dos recursos hídricos e clima; desenvolvimento de ações integradas de previsão de eventos críticos e prevenção de catástrofes naturais; e redução dos efeitos das catástrofes naturais e enxurradas.

O ODS 14, vida na água, aborda o uso sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos. Um objetivo estratégico do Mapa da Estratégia que estaria ligado a esse ODS seria o de Sustentabilidade, com as ações do PPA que estão voltadas para: aquicultura e pesca artesanal e monitoramento das áreas de risco da costa pernambucana. No Pernambuco 2035, estaria relacionado ao objetivo de Pernambuco sustentável, frente à escassez, poluição dos recursos hídricos e convivência com a seca.

O ODS 15, vida terrestre, visa à sustentabilidade das florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra, e deter a perda de biodiversidade. Assim como no ODS 14, o objetivo estratégico do Mapa da Estratégia que estaria ligado à vida terrestre é o de Sustentabilidade. No Pernambuco 2035, o ODS 15 também estaria atrelado com o objetivo de Pernambuco sustentável, com a visão de futuro em que Pernambuco conserva a cobertura florestal, recupera parte da cobertura e amplia áreas de reserva. As metas para isso seriam: ampliar a cobertura florestal remanescente da mata atlântica para 12% em 2035 e da caatinga para 65% no mesmo ano e ampliar a área protegida do estado para 12% do total em 2035; ampliar a área total de reservas particulares do patrimônio natural no estado, de 4.367,8 hectares (2011) para 7.864,9 hectares em 2035, alcançando o percentual atual da Bahia e do Ceará na área total estadual (0,08%).

O PPA e o ODS 15 se entrelaçam nas seguintes ações de destaque: programa de conservação e preservação dos recursos naturais do estado; implantação da política

florestal e de biodiversidade; implantação do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade; promover a implantação de planos territoriais e municipais de convivência com o semiárido; programa de manejo sustentável da agrobiodiversidade para o combate à desertificação; recuperação, implantação e gestão de sistemas de dessalinização em comunidades rurais do semiárido. O Programa de Governo 2019-2022 cita o desenvolvimento socioeconômico equilibrado com sustentabilidade ambiental e as políticas de prevenção e de convivência com o semiárido.

O ODS 16 que congrega os temas de paz, justiça e instituições eficazes pode ser observado em alguns recortes do Mapa da Estratégia. O ODS 16 dialoga com a Visão de Futuro - Um estado mais justo na garantia das oportunidades para todos, assim como nos objetivos estratégicos - Pacto pela Vida, Cidadania Ativa, Direitos Humanos; e Modelo Integrado de Gestão. O Pernambuco 2035 se depara o objetivo Instituições de qualidade, com a visão de que Pernambuco contará com instituições sólidas e de qualidade, com justiça acessível e rápida. As metas para esse objetivo são: reduzir a dependência de transferências externas dos municípios de Pernambuco, de modo que nenhum município tenha menos de 5% de receita própria total; e diminuir o índice de congestionamento do Judiciário de Pernambuco continuamente de 82,6% dos processos, em 2012, para 58%, em 2035.

Outro objetivo do Pernambuco 2035 próximo ao ODS 16 é o Pernambuco saudável e seguro, com as metas: reduzir o índice de criminalidade continuamente chegando, em 2035, com apenas oito homicídios em cem mil habitantes, quase um quinto do nível registrado em 2011. E ainda o objetivo Pernambuco com democracia, participação e cooperação, com a principal meta de posicionar Pernambuco como líder nacional em Governos Abertos, ampliando continuamente a transparência das instituições públicas pernambucanas.

Em relação ao PPA, o principal programa é o Pacto pela Vida, cujo objetivo é ampliar as ações de prevenção e repressão qualificada da violência e de ressocialização, com foco na redução da criminalidade. Destacam-se ainda as seguintes ações para o ODS 16: apoio e suporte às atividades do mecanismo estadual de prevenção e combate a tortura; atendimento jurídico, judicial e extrajudicial a pessoas necessitadas; implantar e implementar programas de promoção de justiça e defesa dos direitos humanos voltados ao enfrentamento da discriminação e das desigualdades; manutenção dos Centros Comunitários da Paz - COMPAZ, dentre outras. O Programa de Governo 2015-2018 traz o compromisso do Estado na garantia e efetivação dos direitos, a consolidação da democracia e uma sociedade capaz de gerar oportunidades para todos. O Programa de Governo 2019-2022 apresenta o Eixo Instituições de Qualidade, foca também na inclusão social e no combate a violência.

O último ODS, de número 17, configura-se mais como um conjunto de metas que adiciona mecanismos e meios para alcançar os outros objetivos, do que um conjunto de ações propriamente ditas. É formado por intenções de acordos, motivações, ajustes para uma cooperação entre os países. No âmbito do Governo do Estado, olhando para

o Mapa da Estratégia, pode-se dizer que o ODS 17 aparece na premissa Parceria com os municípios e no objetivo estratégico Modelo Integrado de Gestão. No Pernambuco 2035, de uma maneira geral, encontram-se menções de parcerias entre o Estado e sociedade, cooperação com Governos Municipais e Governo Federal, e parceria com sistemas privados. Especificamente no objetivo Pernambuco com democracia, participação e cooperação têm-se a visão de ampliar os espaços de participação da sociedade ao mesmo tempo em que consolida a estrutura da democracia institucional.

Para o PPA, o ODS 17 revela-se em algumas ações, das quais se realçam: estabelecimento de parcerias para realização de pesquisas e assistência técnica; estabelecimento de parcerias com as comunidades locais para ações educativas e de conservação ambiental; estímulo à cooperação científica nacional e internacional; contribuir para a construção de uma cultura de paz no trânsito, através de uma rede de parcerias; ampliação de parcerias com a iniciativa privada para inserção dos egressos do sistema prisional em programas de estágio e emprego. Os Programas de Governos citam parcerias com os gestores públicos municipais, setores público e privado, terceiro setor, assim como a sociedade pernambucana.

6 | CONCLUSÃO

Este estudo elucidou como os ODS foram abordados na agenda e no planejamento público do Governo do Estado de Pernambuco. Não foi mencionado diretamente qualquer diretriz internacional ligada aos ODS nos documentos da estratégia. Entretanto, foi observado que o Governo segue parcialmente e de forma indireta os ODS, como foi demonstrado nos resultados apresentados acima. Os temas dos ODS que receberam maior enfoque na estratégia foram: indústria, inovação e infraestrutura; saúde e bem-estar; água potável e saneamento; educação de qualidade; e paz, Justiça e instituições eficazes. Enquanto os ODS com temáticas ligadas ao consumo e produção responsáveis; redução das desigualdades; erradicação da pobreza; vida na água; parcerias e meios de implementação foram os que menos apareceram.

Em relação aos documentos que veiculam a estratégia do Governo, foi possível observar através da análise realizada que o PPA se apresenta como um elemento condensador das ações do Governo, e que traz em seu bojo a maior parcela das ações. Os ODS mais encontrados no PPA foram os mesmos identificados na estratégia como um todo (indústria, inovação e infraestrutura; saúde e bem-estar; água potável e saneamento; educação de qualidade e paz, justiça e instituições eficazes). No Pernambuco 2035, os mais encontrados foram: saúde e bem-estar; paz, justiça e instituições eficazes; e educação de qualidade. Nesse documento, não foram encontradas as ideias dos seguintes ODS: fome zero e agricultura sustentável; igualdade de gênero; consumo e produção responsáveis; e ação contra a mudança

global do clima.

O Mapa da Estratégia 2015-2018, principalmente por meio de seus objetivos estratégicos, apresentou semelhanças com a maioria dos ODS. Apenas não foi possível captar o sentido dos ODS dos temas: erradicação da pobreza; fome zero e agricultura sustentável; energia limpa e acessível; e ação contra a mudança global do clima. Já os Programas de Governo, em alguns momentos, expõem os assuntos estratégicos de forma superficial, sem plano e projetos de ações reais propriamente ditas. Deste modo, foram encontradas pouquíssimas referências aos ODS.

Se tratando das limitações deste trabalho, observa-se o fato de que não foram reproduzidos na íntegra todos os recortes textuais encontrados nas categorias de análise. Outra possível limitação é a ocorrência de algum equívoco durante o processo de codificação. A análise categorial foi executada com a utilização do Software NVivo, desenvolvida através de consultas e leituras dos textos, assim, existe a possibilidade de que alguma unidade textual relevante tenha passado despercebida.

Considerando que a metodologia utilizada na pesquisa foi à análise de conteúdo por meio de levantamento documental, foi feita a escolha de analisar os documentos formais que se encontram disponíveis a sociedade, publicizados no site da SEPLAG. Assim sendo, existe a possibilidade de algum outro documento interno da administração pública estadual abordar de alguma forma os ODS. Contudo, cabe a administração pública seguir critérios de transparência, e sempre que possível e pertinente, tornar acessível às informações para a sociedade.

Outros questionamentos de pesquisa surgiram durante a análise dos documentos, como por exemplo, como seriam monitorados os indicadores de alcance dos ODS pelos entes Nacional, Estadual e Municipal? De que modo o Governo Pernambucano aborda tais indicadores? Como eles são mensurados?

Essas questões podem ser tópicos de pesquisas futuras. Atualmente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE vem realizando um estudo que visa desenvolver indicadores que representem os ODS de modo mais concreto, pois se sabe que existem dificuldades de mensuração e de coleta de dados dos indicadores propostos pela ONU, o que atrapalha um possível monitoramento dos Governos na ótica das diretrizes estabelecidas.

Por fim, indica-se ao Governo Pernambucano uma revisão dos instrumentos da estratégia pública, com o intuito de abordar os temas e diretrizes contidos nos ODS com mais intensidade e alinhamento em sua formulação de políticas públicas. A título de sugestão para atores públicos estaduais e municipais, recomenda-se que os candidatos ou ocupantes de cargos públicos estratégicos levem em consideração as ações e diretrizes propostas nos ODS, tanto em seu programa de governo quanto em sua agenda pública, pois a Agenda 2030 é uma plataforma global de políticas públicas e vários são os países que a perseguem, inclusive o Brasil.

REFERÊNCIAS

ALVES DA SILVA, Dáfni Priscila; FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto; DA SILVA, Anderson Henrique. O poderoso NVivo: uma introdução a partir da análise de conteúdo. **Revista Política Hoje**, [S.l.], v. 24, n. 2, p. 119-134, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/politicohoje/article/view/3723>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto. São Paulo: Edições 70, 2016. (Obra original publicada em 1977).

BELZUNEGUI, Ángel.; BRUNET, Ignasi.; PASTOR, Imma. **Tècniques d'investigació socials. Fonaments epistemològics i metodològics**. Barcelona: Pòrtic, 2002.

MINAYO, Maria Cecilia de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1993. Disponível em: <https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0102-311X1993000300002&script=sci_arttext&tling=es>. Acesso em: 05 fev. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio). 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

_____. **Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável**. 2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/cupula/>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

PERNAMBUCO. Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG. Coleção de caderno de boas práticas de gestão. v.1: **Formulação da Estratégia**. Recife: Instituto Publix, 2014. Disponível em: <<http://online.fliphtml5.com/fjjc/rker/#p=1>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

_____. Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG. **Pernambuco 2035: Visão de Futuro**. 2015. Disponível em: <<http://www.seplag.pe.gov.br/web/pe2035/2035-visao-de-futuro>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

_____. Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG. **PPA 2016-2019**. 2015. Disponível em:

<http://www.seplag.pe.gov.br/c/publicador_repositorio_documento/get_file?p_l_id=938&folderId=4465&name=DLFE-3502.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2019.

_____. Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG. **Mapa da Estratégia 2015-2018**. 2015. Disponível em: <<http://www.seplag.pe.gov.br/web/tppe/todos-por-pe-mapa-da-estrategia>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

Programa de Governo da Frente Popular de Pernambuco (2015-2018). 2014. Disponível em:

<http://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2014/680/BR/PE/3/170000000024/proposta_governo1404577993377.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2019.

Programa de Governo da Frente Popular de Pernambuco (2019-2022). 2018. Disponível em: <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/PE/2022802018/170000604547//proposta_1533914794087.pdf> Acesso em: 02 fev. 2019.

SILVA, Andressa H.; FOSSÁ, Maria Ivete T. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualit@s Revista Eletrônica**, [S.l.], v. 16, n. 1, 2015. Disponível em: <<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/2113/1403>>. Acesso em: 17 nov. 2018.

SOBRE A ORGANIZADORA

Luciana Pavowski Franco Silvestre - Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003), pós-graduação em Administração Pública pela Faculdade Padre João Bagozzi (2008) é Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2013), Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. Assistente Social da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - Governo do Estado do Paraná, atualmente é chefe do Escritório Regional de Ponta Grossa da Secretaria de estado da Família e Desenvolvimento Social, membro da comissão regional de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes de Ponta Grossa. Atuando principalmente nos seguintes temas: criança e adolescente, medidas socioeducativas, serviços socioassistenciais, rede de proteção e política pública de assistência social.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abolicionismo 206, 209, 210, 211, 212, 215, 216, 217
Accountability 172, 173, 174, 177, 178, 179, 185, 186, 259, 269
Acumulação capitalista 80, 271, 272, 274, 276, 281
Adolescentes 23, 27, 50, 54, 57, 139, 140, 210, 231, 232, 234, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 307
Agenda 2030 116, 117, 118, 119, 122, 124, 125, 127, 135, 136
Alcoolismo 46, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57
Análise de conteúdo 46, 116, 118, 120, 121, 123, 135, 136

B

Bullying 22, 23, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34

C

Cidadania 63, 64, 108, 109, 111, 114, 115, 133, 137, 144, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 200, 205, 227, 241, 245
Cidadania digital 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 157
City image 1, 2, 4, 5, 6, 8
Competição 2, 16, 91, 99, 100, 174, 176, 256, 257, 259, 261
Compra de votos 256, 257, 258, 260, 261, 262, 263, 265, 266, 268
Compromisso social 231
Corrupção 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 265, 267, 268, 269
Criminalidade 133, 206, 208, 212, 214, 216, 218, 226, 229, 278
Criminologia 206, 207, 208, 214, 215, 216, 217, 218
Crise 11, 16, 65, 74, 80, 90, 91, 92, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 105, 107, 108, 110, 159, 160, 162, 163, 166, 168, 170, 202, 206, 209, 221, 238, 239, 253, 271, 272, 275, 276, 277, 279, 280, 281

D

Democracia Contemporânea 172
Desigualdade social 78, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 131, 185, 193, 200, 205, 277
Dever do estado 146
Direito à privacidade 151, 243, 244, 245, 246, 247, 251
Direito constitucional 74, 113, 153, 158, 171, 245
Direito dos refugiados 159, 164
Direito fundamental 65, 146, 149, 150, 152, 157, 158, 191
Direito internacional 12, 159, 170, 253
Direitos 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 72, 73, 74, 75, 80, 91, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 107, 113, 129, 131, 133, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 174, 175, 176, 177, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 199, 200, 202, 203, 204, 210, 211, 213, 215, 226, 227, 228, 229, 231, 241, 243, 244, 245, 246, 247, 250, 251, 253, 254, 255, 278, 279

Direitos humanos 62, 74, 75, 105, 133, 147, 149, 150, 155, 157, 159, 160, 163, 164, 165, 167, 168, 170, 186, 191, 210, 211, 227, 243, 244, 245, 247, 250, 251, 253, 254

E

Economia criativa 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9

Educação 6, 33, 63, 64, 67, 71, 73, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 105, 106, 111, 112, 113, 116, 119, 122, 128, 129, 131, 134, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 149, 151, 158, 166, 179, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 196, 204, 210, 223, 227, 300

Eleições 80, 110, 161, 162, 175, 176, 177, 178, 185, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 265, 267, 268

Emenda Constitucional 95/2016 7, 90

Empírica 269, 282, 287, 288, 289

Encarceramento feminino 218, 224, 228

Enchentes sazonais 58, 59, 60, 61, 73

Ensino médio 22, 28, 29, 33, 51, 76, 77, 78, 79, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 129, 144

Equiparação salarial 187, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 203

Estratégia pública 116, 118, 119, 120, 123, 125, 135

Estudante 22, 31, 89

Estudo de caso 8, 46, 51, 120, 291

Exclusão social 102, 202

F

Família 25, 27, 38, 39, 42, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 108, 111, 112, 114, 140, 141, 142, 167, 210, 213, 220, 221, 223, 225, 236, 239, 292, 298, 304, 307

Flexibilização do direito do trabalho 187

Forró 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44

G

Garantias fundamentais 58, 66, 152, 254

H

História 6, 10, 24, 33, 39, 52, 106, 107, 117, 137, 138, 139, 144, 145, 164, 168, 171, 212, 219, 229, 232, 236, 242, 276, 283, 284, 287, 290, 291, 292, 295

I

Indicadores fiscais 90, 95, 98, 99

Interação cérebro-máquina 243, 244, 249, 250, 253

Internet 23, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 167, 173, 180, 250, 252, 254

M

Método 102, 116, 118, 120, 121, 164, 170, 174, 175, 180, 188, 204, 282, 285, 287, 288, 289

Minimalismo 206, 209, 210, 212, 215, 216, 217

Mulher delinquente 218, 220, 221, 228

N

Neurociência 243, 250, 251, 253, 255

Neurotecnologia 243, 244, 250, 251, 252

Nordestinos 35, 37, 38, 39, 42, 43, 44

O

Objetivos de desenvolvimento sustentável 116, 117, 118, 119

P

Padrão de beleza 25, 33

Paulistas 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44

Percepções 46, 50, 56, 282, 286

Pesquisa 2, 3, 6, 11, 19, 21, 22, 23, 28, 29, 30, 32, 33, 38, 43, 46, 51, 53, 55, 57, 59, 60, 72, 76, 85, 86, 102, 106, 108, 115, 116, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 132, 135, 146, 148, 153, 154, 158, 170, 174, 177, 178, 179, 180, 181, 184, 185, 187, 202, 203, 206, 233, 243, 245, 256, 258, 262, 263, 267, 268, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304

Pobreza 25, 72, 100, 102, 104, 105, 107, 108, 109, 112, 113, 115, 117, 118, 119, 127, 134, 135, 149, 161, 200, 205, 271, 277, 280, 281

Poliarquia 172, 174, 175, 185, 257, 258, 268

Política 2, 3, 7, 9, 10, 12, 14, 15, 16, 19, 20, 21, 66, 67, 68, 72, 73, 74, 76, 78, 80, 82, 87, 88, 89, 97, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 127, 132, 136, 137, 139, 144, 145, 148, 149, 159, 161, 163, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 177, 185, 186, 199, 211, 217, 218, 219, 220, 226, 227, 229, 232, 253, 257, 259, 268, 269, 280, 281, 283, 291, 292, 304, 306, 307

Política criminal 218, 219, 226

Políticas públicas 2, 3, 58, 59, 60, 65, 66, 68, 72, 73, 75, 78, 80, 81, 87, 91, 94, 95, 98, 99, 100, 102, 104, 105, 108, 109, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 128, 130, 135, 144, 146, 157, 162, 163, 173, 177, 179, 214, 240, 293, 305

Presídio feminino 218

Princípio da igualdade 64, 75, 198, 199, 201

Proteção social 76, 78, 87, 89, 94, 95, 168

Psicologia jurídica 231

R

Redução da maioridade penal 231, 237, 240

Reestruturação produtiva 270, 272, 275, 277, 279, 280

Reforma do ensino médio 76, 77, 78, 79, 81, 83, 84, 86, 87, 89

Rio criativo 6

Rio de janeiro 1, 4, 89

S

Sistema Único de Saúde 90

Sociabilidades 35

Superpopulação relativa 5, 9, 270, 271, 272, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281

T

Teoria 33, 34, 43, 64, 74, 75, 76, 89, 95, 105, 138, 141, 144, 174, 186, 210, 211, 215, 216, 221, 229, 241, 257, 277, 282, 283, 284, 285, 287, 288

Terceirização 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205

Transparência 133, 135, 172, 173, 174, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186

Turismo 1, 6, 7, 8, 10, 14, 18, 130

V

Venezuela 159, 160, 161, 162, 163, 166, 167, 168, 169, 170, 171

Violência 27, 28, 34, 35, 40, 54, 55, 129, 133, 210, 212, 220, 233, 234, 235, 237, 240, 241, 247, 254

Vivências 46, 286

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-801-4



9 788572 478014